



Aula 01 – Introdução ao Direito Internacional

- 1 Introdução ao Curso**
- 2 DIP e Relações de força**
- 3 Caráter jurídico do DIP**
 - 3.1 Negadores do DIP – práticos e teóricos
 - 3.2 A questão da sanção
- 4 Fundamento de validade do DIP**
 - 4.1 Voluntarismo
 - 4.2 Objetivismo
- 5 Sociedade Internacional**
 - 5.1 Sociedade Vs Comunidade
 - 5.2 Características da Sociedade internacional
- 6 Definição – evolução do DIP no último século**
 - 6.1 Novos sujeitos de DIP
 - 6.2 Novas fontes de DIP
- 7 Nomenclatura: Direito das Gentes = Direito Internacional Público**
- 8 Tendências evolutivas do DIP**
- 9 Direito Internacional de Cooperação, de coexistência e de solidariedade**

Aula 02 – Fontes de DIP

1. Definição

2. Fontes tradicionais - Art. 38 do Estatuto da CIJ

2.1 Tratados

2.1.1 Definição

2.2 Costumes

2.2.1 Elemento material

2.2.2 Elemento subjetivo

2.2.3 Características

2.2.4 Consentimento tácito

2.2.5 Negador persistente

2.3 Princípios Gerais de Direito

2.3.1 Evitar *non liquet*

2.3.2 Princípios de direito interno

3. Artigo 38: Meios auxiliares

3.1 Jurisprudência

3.2 Doutrina

4. Artigo 38: Equidade

5. Novas Fontes

5.1 Atos Unilaterais – requisitos

5.2 Decisões de Organizações Internacionais – requisitos

6. *Soft law*

7. Normas de *jus cogens*



Aulas 03 –Direito internacional e direito interno

1. Dualismo jurídico

2. Monismo jurídico

2.1 Monismo nacionalista

2.2 Monismo internacionalista

3. Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969, art. 27

4. O Direito Internacional e o Direito Brasileiro – Tratados

4.1 Dualismo moderado

4.2 Processo de incorporação de tratados - assinatura; aprovação; ratificação; promulgação; publicação.

4.3 Acordos executivos

4.4 Denúncia de tratados

5. Hierarquia dos Tratados no ordenamento jurídico brasileiro

5.1 Tratados convencionais – RE 80.004, de 1977.

5.2 Tratados de Direitos Humanos – CRFB art. 5º § 3º e RE 466.343, de 2008.

5.3 Tratados em matéria tributária – Art. 98 do CTN e jurisprudência

5.4 A crítica doutrinária – o artigo 5º § 1º e 2º da CRFB.

6. O Direito Internacional e o Direito Brasileiro - Costumes

6.1 Monismo jurídico

7. O Direito Internacional e o Direito Brasileiro – Demais fontes de DIP



Aula 04 - Direito dos Tratados

1. Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969

2. Tratado: definição

2.1 Obrigatoriedade do tratado

2.2 Tratados Vs memorandos de entendimento

3. Estrutura de um tratado

4. Classificação dos Tratados

5. Meios de manifestação de consentimento

6. Reservas

6.1 Aceitação e Objeção a reservas

6.2 Parecer Consultivo CIJ (1951) sobre reservas à Convenção contra o Genocídio

6.3 Relatório da CDI sobre reservas (2013)

6.4 Reserva ≠ Declaração interpretativa

7. Interpretação de tratado

7.1 Boa-fé; sentido comum; objetivo e finalidades; contexto

7.2 Meios suplementares (trabalhos preparatórios)

7.3 Textos autenticados em mais de um idioma fazem igualmente fé

8. Tratados e terceiros Estados

8.1 Pacta tertiis nec nocent nec prosunt

9. Emendas

10. Nulidade, extinção e suspensão da execução de tratados

11. Denúncia

12. Depositário



Aula 05 – Sujeitos de DIP

1. Definição

1.1 Caso Reparação de Danos Causados a Serviço das Nações Unidas, 1949

2. Personalidade jurídica originária e derivada; plena e limitada

2.1 Teoria das capacidades implícitas

3. Capacidades jurídicas internacionais

4. Estados

5. Organizações internacionais

5.1 Definição

5.2 Capacidades

6. Indivíduo

6.1 Humanização do DIP

6.2 Capacidades

7. Situações particulares

7.1 Estados de uma federação

7.2 Movimentos de libertação nacional

7.3 Comunidades beligerantes e insurgentes

8. Entidades sui generis

8.1 Santa Sé

8.2 Taiwan

8.3 Soberana Ordem de Malta

8.4 Comitê Internacional da Cruz Vermelha



Aula 06 – Estados

1. Elementos Constitutivos – Convenção de Montevideu de 1933

1.1 População permanente

1.1.1 População ≠ povo ≠ nação

1.2 Território definido

1.2.1 Não há necessidade de limites completamente definidos

1.2.2 Solo, subsolo, espaço aéreo, águas interiores e mar territorial

1.2.3 Aquisição de território: descoberta; acessão; cessão; conquista.

1.3 Governo efetivo

1.4 Capacidade para estabelecer relações com outros Estados (independência ou soberania)

2. Classificação dos Estados

2.1 Simples

2.2 Compostos

2.2.1 Por coordenação

2.2.2 Por subordinação

3. Direitos e Deveres dos Estados

4. Criação de Estado

4.1 Descolonização

4.2 Secessão ou desmembramento

5. Extinção do Estado



Aula 07 – Nacionalidade

1. Definição de nacionalidade

- 1.1 Diferenças entre nacionalidade e cidadania
- 1.2 Direitos especiais dos portugueses (Estatuto da igualdade)

2. Nacionalidade para o DIP – vínculo efetivo

- 2.1 Oponibilidade da nacionalidade a terceiros Estados – o caso Nottebohm
- 2.2 Conflitos de nacionalidade: apatridia e polipatridia

3. Nacionalidade brasileira - artigo 12 CRFB

- 3.1 Originária
 - 3.1.1 Critérios adotados – *ius soli* e *ius sanguinis*
- 3.2 Adquirida
 - 3.2.1 Naturalização ordinária
 - 3.2.2 Naturalização extraordinária

4. Perda da nacionalidade brasileira

5. Nacionalidade de empresas, de embarcações e de aeronaves



Aula 08 - Condição jurídica do estrangeiro

1. A Nova Lei de Migração

2. Entrada de estrangeiro

2.1. Documentos de viagem

2.2. Vistos

2.3. Asilo

2.4. Refúgio

3. Permanência do estrangeiro em território nacional

4. Saída do estrangeiro

4.1. Voluntária

4.2. Compulsória

4.2.1. Repatriação

4.2.2. Deportação

4.2.3. Expulsão



Aula 09 – Reconhecimento de Estado e de Governo

1. Reconhecimento de Estado

- 1.1 Natureza jurídica – teorias constitutiva e declaratória
- 1.2 Características
- 1.3 Reconhecimento tácito e expresso
- 1.4 Requisitos para que um Estado seja reconhecido

2. Reconhecimento de Governo

- 2.1 Características
- 2.2 Reconhecimento *de jure* e *de facto*
- 2.3 Doutrinas Tobar e Estrada
- 2.4 Requisitos para que um governo seja reconhecido



Aula 10 – Sucessão de Estado

1. Definição

2. Modalidades de sucessão

1.1 Secessão

1.1.1 Descolonização

1.2 Desmembramento

1.3 Fusão

1.4 Incorporação (anexação total; acessão)

1.5 Anexação parcial

2. Sucessão de Estado em matéria de tratados

2.1 Sistema da sucessão automática Vs sistema da tábula rasa

2.2 Tratados reais Vs tratados pessoais

2.3 Tratados multilaterais Vs tratados reais

2.4 Convenção de Viena de 1978 Vs costume internacional

3. Sucessão de Estado em matéria bens, arquivos e dívidas

3.1 Convenção de Viena de 1983

4. Sucessão de Estado em matéria de OIs

5. Sucessão de Estado em matéria de nacionalidade

6. Sucessão de Estado em matéria de responsabilidade

7. Sucessão de OIs.



Aula 11 - Responsabilidade Internacional

1. Origem da responsabilidade internacional

1.1 Ilícito internacional

1.1.1 Exceção: responsabilidade decorrente de ato lícito

1.2 Atribuição

1.3 A questão do dano

2. Consequências da responsabilidade internacional

2.1 Interrupção da prática e garantias de não repetição

2.2 Reparação completa

2.2.1 Restituição

2.2.2 Compensação

2.2.3 Satisfação

3. Implementação da responsabilidade internacional

3.1 Quem pode invocar a responsabilidade

3.2 Estado lesado

3.3 Estado que não seja o lesado

3.3.1 Por violação de obrigação *erga omnes parte*

3.3.2 Por violação de obrigação *erga omnes*

3.4 Retaliação

3.4.1 Retorsão

3.4.2 Contramedidas: requisitos e características

3.5 Sanção



Aula 12 – Jurisdição e imunidade de jurisdição

1. Princípios jurisdicionais

- 1.1 Princípio da territorialidade
- 1.2 Princípio da nacionalidade
- 1.3 Princípio protetivo
- 1.4 Princípio da universalidade

2. Imunidades

- 2.1 Imunidades soberanas
- 2.2 Imunidades diplomáticas
- 2.3 Imunidades consulares
- 2.4 Imunidades de organizações internacionais
- 2.5 Imunidades de missões especiais

3. Imunidades dos principais representantes

4. Imunidades dos estados estrangeiros - *par in parem non habet iudicium*

5. Relativização costumeira da imunidade de jurisdição dos Estados

- 5.1 Atos de Império
- 5.2 Atos de Gestão

6. Imunidade de execução dos Estados

- 6.1 A jurisprudência brasileira



7. Imunidade de Organizações Internacionais – OJ 116 TST

Aula 13 – Relações diplomáticas e consulares

- 1. Relações diplomáticas**
- 2. Chefes da missão diplomática: agrément**
- 3. Locais da missão diplomática**
- 4. Agentes diplomáticos: imunidades e privilégios**
- 5. Membros do pessoal técnico e administrativo: imunidades e privilégios**
- 6. Membros do pessoal de serviço: imunidades e privilégios**
- 7. Relações consulares**
- 8. Chefe de missão consular: carta patente e *exequatur***
- 9. Funcionários consulares: imunidades e privilégios**
- 10. Empregados consulares: imunidades e privilégios**
- 11. Cônsules honorários: imunidades e privilégios**



Aula 14 - Direitos Humanos: Sistema Internacional

1. Direito Internacional dos Direitos Humanos

- 1.1 Afirmação Histórica
- 1.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos
- 1.3 Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos, 1966
 - 1.3.1 Comitê Internacional de Direitos Humanos (1966)
- 1.4 Pacto internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966
 - 1.4.1 Comitê Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1985)
- 1.5 Comissão de Direitos Humanos (1946-2006)
- 1.6 Conselho de Direitos Humanos (2006)

2. Direito Internacional Humanitário

- 2.1 Direito de Genebra – *jus in bello*
- 2.2 Direito de Haia – meios e métodos
- 2.3 Direito de Nova York – DIDH no DIH
- 2.4 Direito de Roma – *jus criminis belli*

3. Direito Internacional dos Refugiados

- 3.1 Estatuto dos Refugiados, 195; Protocolo de 1967
- 3.2 Refúgio na América Latina
- 3.3 Lei 9.474/1997
- 3.4 Refúgio Vs asilo



Aula 15 – Direitos Humanos: sistemas regionais

1. Sistema europeu

1.1 Conselho da Europa

1.2 Convenção Europeia de Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais

1.3 Protocolo 11

2. Sistema americano

2.1 Organização dos Estados Americanos

2.2 Comissão Americana de Direitos Humanos

2.3 Pacto de São José da Costa Rica

2.4 Protocolo de São Salvador

2.5 Corte Americana de Direitos Humanos

2.5.1 Competências *ratione personae*; *ratione materiae*; *ratione loci*; *ratione temporis*

3. Sistema africano

3.1 União Africana

3.2 Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos

4. “Sistema Árabe”

4.1 Carta Árabe de Direitos Humanos



Aula 16 - Justiça Penal Internacional

1. Tribunais de Nuremberg e de Tóquio

1.1 Jurisdição

1.2 Críticas

2. Tribunal Internacional *ad hoc* para a Ex-Iugoslávia.

3. Tribunal Internacional *ad hoc* para Ruanda

4. Tribunal Penal Internacional - Estatuto de Roma

4.1 Jurisdição do TPI:

4.1.1 *ratione materiae*

4.1.2 *ratione personae*

4.1.3 *ratione loci*

4.1.4 *ratione temporis*

4.2 Admissibilidade de casos

4.3 Jurisprudência

5. Tribunais Híbridos

5.1 Corte Especial para Serra Leoa

5.2 Tribunal para o Camboja

5.3 Painéis de Regulação para o Kosovo

5.4 Painéis Especiais para o Timor Leste

5.5 Câmara para os Crimes de Guerra na Bósnia

5.6 Tribunal Especial para o Líbano

5.7 Alto Tribunal para o Iraque

5.8 Câmara para os Crimes de Guerra na Sérvia



IDEG

Instituto de Desenvolvimento
e Estudos de Governo

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E ESTUDOS DE GOVERNO

DIREITO INTERNACIONAL
PROFESSOR PEDRO SLOBODA

5.9 Câmaras Extraordinárias Africanas

Aula 17 – Organizações Internacionais

- 1. Teoria Geral das organizações internacionais**
- 2. Características das OIs**
- 3. Capacidades internacionais**
- 4. Classificação**
- 5. Admissão de novos membros**
- 6. Sanções a Estados membros**
- 7. Imunidades**
- 8. Responsabilidade internacional**



Aula 18 – Organização das Nações Unidas

- 1. Propósitos e princípios**
- 2. Estrutura institucional**
 - 2.1 Assembleia Geral
 - 2.2 Conselho de Segurança
 - 2.3 ECOSOC
 - 2.4 Conselho de Tutela
 - 2.5 Secretariado
 - 2.6 Corte Internacional de Justiça
- 3. Procedimento legal para a reforma da ONU**
- 4. A Carta da ONU como Carta Constitucional**



IDEG

Instituto de Desenvolvimento
e Estudos de Governo

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E ESTUDOS DE GOVERNO

DIREITO INTERNACIONAL
PROFESSOR PEDRO SLOBODA

AULA 19 - Corte Internacional de Justiça

1. Competência contenciosa

1.1 Jurisdição *ratione materiae*

1.2 Jurisdição *ratione personae*

2. Competência consultiva

3. Admissibilidade

4. Jurisprudência



IDEG

Instituto de Desenvolvimento
e Estudos de Governo

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E ESTUDOS DE GOVERNO

DIREITO INTERNACIONAL
PROFESSOR PEDRO SLOBODA

Aula 20 - Uso da Força no Direito Internacional

1. Evolução Histórica

2. Legítima defesa

2.1 Ataque armado: Caso Nicarágua (1986) e Congo (2005)

2.2 Proporcionalidade

2.3 Necessidade

2.4 Legítima defesa antecipatória

2.5 Legítima defesa coletiva

2.6 Legítima defesa de nacionais

3. CSNU, Cap. VII

4. Missões de Paz

4.1 Princípios: imparcialidade; autorização das partes; uso da força apenas em legítima defesa

4.2 *Uma Agenda para a paz: Peacemaking; Peacekeeping; Peacebuilding; Peace enforcement*

5. Convite Vs não intervenção

6. Autodeterminação dos povos

7. Organizações e entidades regionais



Aula 21 – Solução Pacífica de Controvérsias

1. Definição de controvérsia

1.1 Caso Mavrommatis vs Caso Ilhas Marshall

2. Meios diplomáticos

2.1 Negociações direitas

2.2 Sistema de consultas

2.3 Bons officios

2.4 Mediação

2.5 Conciliação

2.6 Inquérito

3. Meios políticos

3.1 Organizações Internacionais

4. Meios jurisdicionais

4.1 Arbitragem

4.2 Meios judiciais

4.2.1 Tribunais Internacionais

Aula 22 – Direito da Integração e Direito da União Europeia

1. Modelos de integração

2. Integração Europeia

2.1 Gênese

2.2 Estrutura institucional

2.3 Normativa

2.4 Solução de Controvérsias

2.5 Tribunal de Justiça da União Europeia

2.5.1 Jurisdição e jurisprudência



Aula 23 - MERCOSUL

1. Gênese

2. Natureza jurídica do MERCOSUL

3. Estrutura Institucional

2.1 Órgãos Decisórios do MERCOSUL

2.2 Parlamento do MERCOSUL

4. Fontes do MERCOSUL

5. Sistema de Solução de Controvérsias

7.1 Protocolo de Olivos, de 2002

7.2 Tribunal Permanente de Revisão

7.3 Competências contenciosa e consultiva

6. Adesão, denúncia, suspensão



Aula 24 – Direito do Comércio Internacional

1. GATT

- 1.1 Natureza jurídica
- 1.2 Princípios
- 1.3 Sistema de Solução de Controvérsias

2. Organização Mundial do Comércio

- 2.1 Natureza jurídica
- 2.2 Direito Material
- 2.3 Sistema de Solução de Controvérsias
 - 2.3.1 Consultas
 - 2.3.2 Grupo especial
 - 2.3.3 Órgão Permanente de Apelação
 - 2.3.4 Adoção do relatório pelo OSC
 - 2.3.5 Fase de implementação
 - 2.3.6 Fiscalização da implementação
 - 2.3.7 Retaliações
 - 2.3.8 Arbitragem para verificar adequação das retaliações
- 2.4 Estudos de casos



Aula 25 - Direito Internacional Privado

1. DIPriv – definição

- 1.1 Elemento de estraneidade
- 1.2 Regras de conexão

2. Conflito de jurisdição

- 2.1 Novo Código de Processo Civil

3. Conflito de leis

- 3.1 Regras de conexão
- 3.2 LIND – art. 7º a 11

4. Cooperação jurídica internacional

- 4.1 Homologação de sentença estrangeira
- 4.2 Cartas rogatórias: Ordinárias; Instrutórias; Executórias
- 4.3 Auxílio direto

5. Cooperação Jurídica Internacional no MERCOSUL

- 5.1 Protocolo de Las Leñas, de 1992



IDEG

Instituto de Desenvolvimento
e Estudos de Governo

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E ESTUDOS DE GOVERNO

DIREITO INTERNACIONAL
PROFESSOR PEDRO SLOBODA

Aula 26 - Cooperação jurídica internacional em matéria penal

- 1. Homologação de sentença estrangeira**
- 2. Cartas rogatórias**
- 3. Transferência de condenados**
- 4. Extradicação**
 - Fases administrativas e judicial
 - Requisitos legais
 - Nova lei de migração
- 5. Entrega**
- 6. Mandado Mercosul de Captura**



IDEG

Instituto de Desenvolvimento
e Estudos de Governo

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E ESTUDOS DE GOVERNO

DIREITO INTERNACIONAL
PROFESSOR PEDRO SLOBODA

Aula 27 – Direito do Mar

- 1. Evolução Histórica**
- 2. Convenção de Montego Bay**
- 3. Mar territorial; zona contígua; Zona econômica exclusiva**
- 4. Área**
- 5. Autoridade dos Fundos Marinhos**
- 6. Empresa**
- 7. Tribunal Internacional do Direito do Mar**
 - 6.1 Câmara dos Fundos Marinhos
 - 6.2 Câmaras Especiais



IDEG

Instituto de Desenvolvimento
e Estudos de Governo

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E ESTUDOS DE GOVERNO

DIREITO INTERNACIONAL
PROFESSOR PEDRO SLOBODA

Aula 28 – Temas Contemporâneos de Direito Internacional

- 1. Comissão de Direito Internacional**
- 2. *Institut de Droit International***
- 3. *International Law Association***
- 4. Debates acadêmicos contemporâneos**
- 5. Jurisprudência internacional contemporânea**

BIBLIOGRAFIA GERAL

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 17^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2013.

BROWNLIE, Ian. **Principles of Public International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

CASSESE, Antonio. **International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. **Droit International Public**. Paris: L.G.D.J., 2002.

EVANS, Malcolm (org). **International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MAZZUOLI, Valério. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**, 2v. 15^a ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MIRANDA, Jorge. **Curso de Direito Internacional Público**. Cascais: Principia, 2002.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado**. Salvador: Jus podivm, 2014.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 5^a ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

SHAW, Malcolm N. **International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**,. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VARELLA, Marcelo D. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ARAÚJO, Nádia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

ÁVILA, Rafael; RANGEL, Leandro de Alencar. **A Guerra e o Direito Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

BIERRENBACH, Ana Maria, **O conceito de responsabilidade de proteger e o direito internacional humanitário**. Brasília: FUNAG, 2011.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. **Comentário à Carta das Nações Unidas**. Belo Horizonte: CEDIN, 2008.

_____. LAGE, Délber Andrade & CREMASCO, Suzana Santi (coord.) **Direito Internacional Contemporâneo**. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

BRINA, Mariana Martins da Costa; LIMA, Renata Mantovani de. **O Tribunal Penal Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CRETELLA NETO, José. **Curso de Direito Internacional Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINSTEIN, Yoram. **Guerra, Agressão e Legítima Defesa**. Barueri, SP: Manole, 2004.

DIREITO, Carlos Alberto Direito; TRINDADE, Antonio Augusto Cançado; PEREIRA, Antonio Celso Alves. **Novas Perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovas, 2008.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

FERREIRA, Lier Pires e CHAPARRO, Verônica Zárate. **Curso de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2013.

GARCIA, Márcio Pereira Pinto. **A Terminação de Tratado e o Poder Legislativo à Vista do Direito Internacional, do Direito Comparado e do Direito Constitucional Internacional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

GABSCH, Rodrigo D'Araújo. **Aprovação de Tratados Internacionais pelo Brasil**. Brasília: FUNAG, 2010.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. **Direito Comunitário**. 5ª ed. Coimbra: Almedina, 2008.

GRAY, Christine. **International Law and the Use of Force**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **O Direito Penal Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

LASMAR, Jorge Mascarenhas e CASARÕES, Guilherme Stolle Paizão. **A Organização das Nações Unidas**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges. **Guerra & Cooperação Internacional**. Curitiba: Juruá, 2003.

MOTA DE CAMPOS, João; MOTA DE CAMPOS, João Luiz. **Manual de direito europeu**. Coimbra: Coimbra editora, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

_____. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. São Paulo: Saraiva, 2010.

REIS, Tarcísio e GOMES, Eduardo. **Desafios do Direito Internacional no Século XXI**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

THIRLWAY, Hugh. **The Sources of International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

TIM, Luciano Benetti, RIBEIRO, Rafael Pellegrini, ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito Comercial Internacional**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos Direitos Humanos e o Brasil (1948/1997): as primeiras cinco décadas**. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. **Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público**. Brasília, FUNAG, 2012. 5 v.

TRINDADE, Otávio Augusto Drummond Cançado. **A Carta das Nações Unidas uma leitura constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

PERIÓDICOS

Anuário Brasileiro de Direito Internacional – CEDIN

Revista Brasileira de Direito Internacional – UNICEUB

European Journal of International Law

Guias de Estudo

Guias do Filhote de Gnu

Textos do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

GUIAS DE ESTUDO

Guia do Filhote de Gnu (2013)

Guia do Calango Lumbrera (2014)

Guia do Orlando Lagartixa (2015)

Guia do Texugo Melívoro (2016)

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980.

BRASIL. Decreto-lei 4.657, de 04 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Carta da ONU

Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961.

Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963.

Convenção de Viena sobre sucessão de Estados em matéria de tratados, de 1979;

Convenção de Viena sobre sucessão de Estados em matéria de propriedades, arquivos e dívidas, de 1983.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966.

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969 – Pacto de São José da Costa Rica.

Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 17 de novembro de 1988 – Protocolo de São Salvador

Convenção de Genebra para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha, de 12 de agosto de 1949.

Convenção de Genebra para melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos Das Forças Armadas no Mar, de 12 de agosto de 1949.

Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra de 12 de agosto de 1949.

Convenção de Genebra Relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra, de 12 de agosto de 1949.

Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais, de 1977.

Tratado de Assunção, 1991

Protocolo de Ouro Preto, 1994

Protocolo de Olivos, 2002

Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, 2005

JULGADOS

BRASIL, STF, RE 466343 / SP, Plenário, Rel. Min. Cezar Pelluso, julgamento 03/12/2008, DJU 05/06/2009.

CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL. Caso Lótus. França Vs Turquia, 1927.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Caso Reparação de Danos sofridos a serviço das Nações Unidas, Parecer Consultivo, 11 de abril de 1949.

_____. Caso Haya de la Torre, 13 de junho de 1951.

_____. Caso Nottebohm, 6 de abril de 1955.

_____. Barcelona Traction Case. *ICJ Reports*. Haia: 1970.

_____. Namibia Case. *ICJ Reports*. Haia: 1971.

_____. Western Sahara Case. *ICJ Reports*. Haia: 1975.

_____. Caso das Atividades Militares e Paramilitares na e contra a Nicarágua, de 26 de junho de 1986.

_____. Parecer Consultivo sobre a Legalidade do Uso ou da Ameaça de Uso de Armas Nucleares, de 08 de julho de 1996.

_____. Advisory opinion on Kosovo, *ICJ Reports*. Haia: 2010.

_____. Caso Imunidades Jurisdicionais dos Estados. (Alemanha vs Itália). *ICJ Reports*. Haia: 2012.

_____. Caso Obrigação de Desarmamento Nuclear. (Ilhas Marshall vs Reino Unido). *ICJ Reports*. Haia: 2016.

BLOG JUS GENITUM

jusgentium.com.br